Fundação Getulio Vargas
26/07/2006
Valor Econômico - SP

Tópico: Fundação Getulio Vargas - IBRE
Impacto: Positivo
Editoria: Especial

Cm/Col: 5,97
Pg: A 12

Contas públicas Dispêndios sobem em ritmo superior ao das receitas no primeiro semestre, aponta Tesouro

Superávit do governo cai para 3,87% do PIB

Arnaldo Galvão
De Brasília

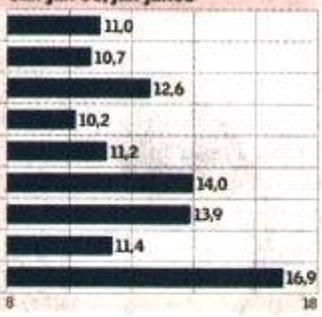
O superávit primário do governo central foi de R$ 5,89 bilhões em junho, o que levou o esforço fiscal de Tesouro, Previdência e BC a um resultado de R$ 38,35 bilhões no acumulado do primeiro semestre. Como a meta é chegar a superávit de R$ 42,9 bilhões em agosto, 89,4% do objetivo está assegurado.

Na comparação com igual período do ano passado, o esforço fiscal do governo central neste ano está menor. No primeiro semestre de 2005, o superávit representou 4,18% do PIB. Neste ano caiu para 3,87% do PIB.

Em 2006, portanto, o resultado fiscal do governo central caiu o equivalente a 0,3 ponto percentual na proporção com o PIB. A receita aumentou 0,68 ponto percentual, mas as despesas cresceram mais: 0,98 ponto. Nos gastos, o destaque foi para o aumento de 0,4 ponto dos benefícios previdenciários.

Governo Central
Resultado primário — em R$ bilhões

	Jan-jun 2005	Jan-jun 2006	Variação % Jan-jun 06/jan-jun05
Receita total	235,14	261,12	11,0
Tesouro	185,35	205,17	10,7
Previdência	49,03	55,22	12,6
Transferências	41,51	45,73	10,2
Receita líquida	193,63	215,39	11,2
Despesas	155,27	177,04	14,0
Benefícios	65,12	74,201	13,9
Pessoal	43,58	48,54	11,4
Custeio e capital	45,49	53,19	16,9

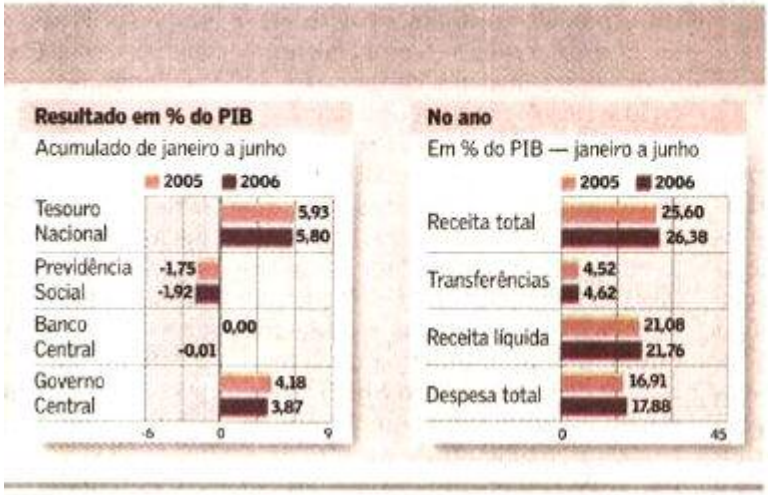


Fonte: Tesouro Nacional

O déficit da Previdência no primeiro semestre foi de R$ 19 bilhões, acima dos R$ 16,1 bilhões no mesmo período de 2005. Neste ano, a expectativa do governo para o déficit da Previdência é de R$ 43 bilhões.

O secretário do Tesouro, Carlos Kawall, disse que o comportamento das despesas está dentro das previsões e a meta fiscal será cumprida. Ele voltou a afirmar que, se o crescimento das receitas ficar abaixo do aumento das despesas, os necessários ajustes serão feitos.

As medidas provisórias publicadas em junho, que determinaram aumentos para os servidores federais, terão efeito no caixa a partir de agosto. O impacto adicional nas despesas é de R$ 1,59 bilhão, o que elevará os gastos com pessoal para



R$ 106,65 bilhões em 2006.

As despesas do Tesouro no primeiro semestre foram de R$ 102 bilhões, contra R$ 89,4 bilhões no mesmo período do ano passado. Os gastos com pessoal e encargos sociais aumentaram 11,4%. As despesas de custeio e capital cresceram 16,9%.

De janeiro a junho, a receita bruta do Tesouro foi de 21% do PIB, contra 20,67% no mesmo período em 2005. Os tributos que mais contribuíram com a elevação foram IPI sobre automóveis, IR de pessoas físicas e jurídicas e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Para Kawall, o comportamento da receita não sugere um aperto maior. O secretário afirmou que o próximo decreto de execução orçamentária vai mostrar como o aumento da despesa com pessoal será financiado. "Não caminhamos para um novo contingenciamento", disse o secretário do Tesouro.

O Projeto Piloto de Investimentos (PPI) teve gasto de R$ 984,4 milhões no primeiro semestre. Mas, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), R$ 846,4 milhões são passíveis de redução da meta de superávit primário. No ano passado, o PPI absorveu R$ 915 milhões. Para este ano, a expectativa é de cerca de R$ 4 bilhões em investimentos, com restos a pagar do ano passado de R$ 1 bilhão.

Kawall admitiu que os gastos com investimentos têm execução mais lenta, porque geralmente há contestação judicial dos resultados. A LDO prevê dedução de 0,14 ponto percentual na meta de superávit primário de 4,25% do PIB para o setor público consolidado. "Se ficarmos abaixo da meta, mas respeitando esse limite inferior, não haverá descumprimento da LDO."

Valor Econômico - SP **Editoria:** Especial **Pg:** A 12

Gasto público está reduzindo a desigualdade, diz Fiocca

Ana Paula Grabois
Valor Online, do Rio

A crítica ao aumento do gasto público no governo Luiz Inácio Lula da Silva foi rebatida ontem pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Demian Fiocca. A alta das despesas da União, disse Fiocca, tem relação com a expansão de programas sociais, como o Bolsa-Família, que na sua avaliação, têm gerado resultados satisfatórios para a redução da desigualdade e para o desenvolvimento.

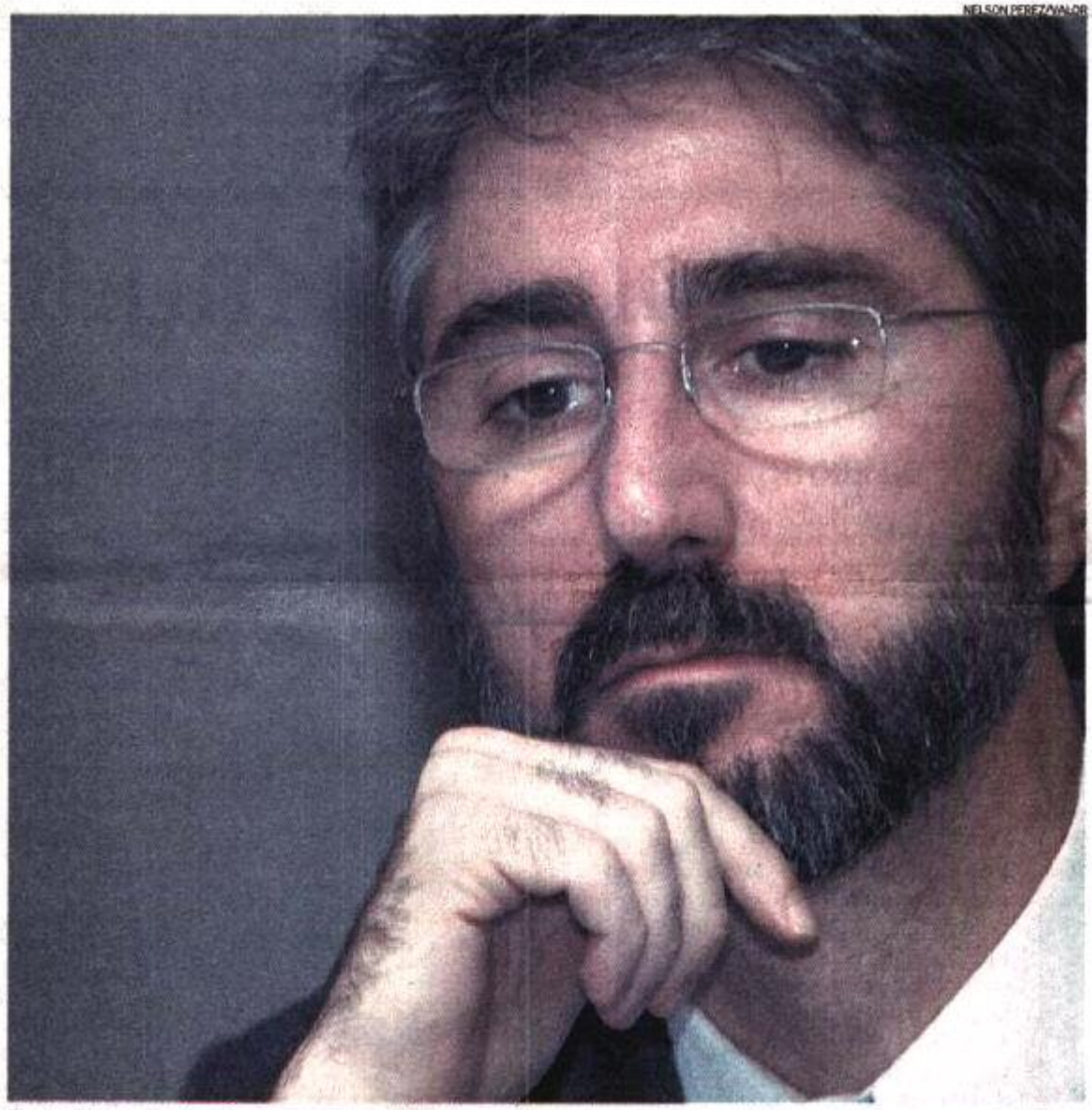
Por outro lado, ele argumenta que as despesas com a máquina pública foram reduzidas em 6,8% quando se comparam os períodos 2003-2005 e 2000-2002, segundo um levantamento feito por economistas do BNDES com base no Orçamento da União. De acordo com os dados coletados, o custo da máquina (gastos de pessoal e de manutenção) em relação ao PIB correspondia a 5,6% na média de 2000 a 2002 e caiu para 5,22% na média de 2003 a 2005.

Já os gastos relacionados a benefícios sociais cresceram 13,2% quando se comparam os dois períodos. Na média de 2000 a 2002, tais despesas correspondiam a 9,26% do PIB, enquanto na média de 2003 a 2005, o volume de gastos sociais passou a representar 10,48% do PIB.

"Tem havido, no debate público, alguma confusão entre custeio da máquina e gastos de natureza finalística, que atingem a população", afirmou Fiocca. Os chamados gastos finalísticos abrangem benefícios previdenciários, benefícios assistenciais, despesas com saúde e educação, além de programas de combate à pobreza e de organização agrária.

Para justificar o impacto dos gastos sociais, o presidente do BNDES citou um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que revela um aumento da participação da metade mais pobre da população brasileira no total da renda do país. Em 2002, os 50% mais pobres detinham 13,2%. Em 2005, a participação subiu para 14,1%. Para 2006, uma projeção do BNDES, considerando apenas o reajuste do salário mínimo, indica que os 50% mais pobres teriam uma fatia maior da renda, de 15,1%.

NELSON PEREZ/VALOR



Demian Fiocca: "Tem havido confusão entre custeio da máquina e gastos de natureza finalística, que atingem a população"

Valor Econômico - SP **Editoria:** Especial **Pg:** A 12

Dívidas tributárias somam R$ 880 bilhões

Reuters, de Brasília

O novo programa de refinanciamento de dívidas de empresas com a União, estabelecido por medida provisória editada no começo do mês, pode incluir até R$ 880 bilhões de reais, conforme números divulgados por representantes do governo. A cifra corresponde a pouco menos de 90 por cento do valor da dívida mobiliária federal interna.

Foram publicadas no Diário Oficial ontem as regras para adesão ao plano de refinanciamento de débitos previdenciários e tributários, o terceiro nos últimos seis anos, depois do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), em 2000, e do Parcelamento Especial (Paes), em 2003.

As dívidas vencidas até 28 de fevereiro de 2003 poderão ser pagas à vista ou em seis parcelas, com 30 por cento de redução dos juros aplicados até setembro de 2006 e 80 por cento de diminuição sobre o valor das multas.

A correção, no caso de parcelamento, é pela taxa Selic. Para esses débitos há ainda opção de pagamento em até 130 vezes, com multa reduzida em 50 por cento e o valor corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Conforme as regras divulgadas ontem, para os débitos vencidos até 28 de fevereiro de

2003, os que optarem pelo pagamento à vista ou em seis parcelas poderão solicitar inclusão no programa via Internet, a partir de 1º de setembro.

Aqueles que pedirem parcelamento em até 130 meses terão as duas primeiras semanas de agosto para fazer a solicitação nos postos da Receita ou do INSS. A partir do próximo dia 14, apenas via Web. Em ambos os casos, o pedido deverá ser protocolado até 15 de setembro.

A medida provisória trata ainda dos débitos com a União entre março de 2003 e dezembro de 2005. Nesses casos, o contribuinte poderá optar por parcelar em até 120 meses, sem redução de multa e valores corrigidos pela taxa Selic. O pedido de adesão a essa modalidade vai de 14 de agosto a 15 de setembro, apenas via Internet, informou a Receita.

De acordo com o secretário-adjunto da Receita Federal, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, existem cerca de R$ 260 bilhões em débitos tributários em negociação administrativa e judicial.

Além disso, existem R$ 120 bilhões nos programas Refis e Paes, que poderiam migrar para o novo programa para obter vantagens de redução de multa e juros para pagamento da dívida à vista ou em seis parcelas.

Também há dívidas de R$ 160 bilhões junto à Previdência e outros 340 bilhões de reais em débitos ativos na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

As regras foram publicadas no Diário Oficial da União de ontem e podem ser acessadas tanto na página da Receita (www.receita.fazenda.gov.br) como na da Previdência Social (www.previdência.gov.br).

União libera R$ 4,8 bilhões para despesas

Paulo de Tarso Lyra
De Brasília

O governo encaminhou ontem ao Congresso um relatório de avaliação das despesas e receitas do Orçamento, anunciando uma ampliação das despesas discricionárias — custeio e investimentos — na ordem de R$ 4,8 bilhões. Com base no relatório, o Ministério do Planejamento publicará nos próximos dias um decreto ampliando os limites de gastos dos Ministérios, que será precedida por uma ou mais portarias especificando esses recursos.

No mesmo relatório, que tem como base os dados econômicos do terceiro bimestre, o governo reduziu em R$ 2,2 bilhões o déficit da Previdência, um dos fatores que contribuíram para a folga orçamentária anunciada pelo Ministério do Planejamento.

No caso da Previdência, três elementos foram importantes para a redução do déficit: um aumento das receitas, sobretudo com a ampliação dos empregos formais no país e o reajuste do salário mínimo; e um maior controle dos gastos, com a revisão do pagamento do auxílio-doença, o recenseamento dos idosos e a redução no pagamento das sentenças judiciais de pequeno valor.

Não foi apenas a redução do déficit que influiu no cálculo. O governo também comemorou um aumento nas receitas decorrentes do incremento da atividade econômica do país. Com a economia aquecida, cresceu a arrecadação de impostos, sobretudo o Imposto de Renda (alta de R$ 1,48 bilhão) e o IPI (que arrecadou R$ 1,68 bilhão). Além do crescimento do PIB, também foi importante para o aumento de arrecadação a ampliação do poder de fiscalização da Receita Federal, reduzindo as margens de sonegação.

Dos R$ 4,8 bilhões de recursos liberados pelo governo federal, R$ 60,6 milhões são destinados ao Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União. Sobram, então, aproximadamente R$ 4,7 bilhões. Desse montante, cerca de R$ 1 bilhão será destinado a cobrir gastos realizados por intermédio de medidas provisórias já editadas pelo governo por conta do atraso na votação do Orçamento deste ano.

Dos R$ 3,6 bilhões restantes, a maior alocação deve ser para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para aquisição de terras com fins de reforma agrária (R$ 500 milhões). O Ministério da Defesa também será um dos maiores beneficiados, embora o montante não tenha sido anunciado pelo Ministério do Planejamento.